

O PAPEL ADJUVANTE DO PROFESSOR NO DOCUMENTO BASE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

Fernando Zolin-Vesz*
Sueli Correia Lemes Valezi*
Veralúcia Guimarães de Souza*

RESUMO: Neste artigo, desenvolvemos uma breve análise sobre o papel do professor que atravessa o discurso materializado no Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (2007) a partir de algumas propriedades sobre as prescrições do trabalho do professor delineadas nos documentos institucionais conforme propõem Bronckart & Machado (2004) e Machado & Bronckart (2005). As constatações em torno dos sentidos que emergem do texto analisado reforçam a tese de Machado & Bronckart sobre a "crise da identidade do professor", em especial porque o documento traz o professor investido em um papel de adjuvante.

PALAVRAS-CHAVE: Papel do professor – Discurso – Textos prescritivos

ABSTRACT: In this paper we develop a brief analysis about the teacher's role in the Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (2007) from some properties of the prescriptions that outline teaching in institutional documents according to Bronckart & Machado (2004) and Machado & Bronckart (2005). We conclude that the properties that are identified in the Documento Base and its meanings reinforce Machado & Bronckart's thesis about the "crisis of the teacher's identity" due to the adjuvant role that it is conferred to teachers by official documents.

KEY WORDS: Teacher's role - Discourse - Prescriptive texts

Nos últimos anos, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tornou-se o centro das atenções no país, principalmente devido à ampliação da rede federal de instituições de ensino técnico e tecnológico (os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) e ao propósito de essas instituições oferecerem uma "formação profissional e tecnológica plena na perspectiva de uma inclusão social emancipatória" (MOLL, 2010, p. 19).

Em se tratando do ensino técnico, a "integração" deste com o ensino médio, estabelecida a partir do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, visa à potencialização de mudanças a fim de se constituir em uma educação que contenha elementos de uma

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Mestre em Estudos de Linguagem (UFMT)/ E-mail: fernando.vesz@blv.ifmt.edu.br

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Doutoranda em Estudos da Linguagem (UEL)/ E-mail: suelivalezi@uol.com.br

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). Doutoranda em Linguística (UnB)/ E-mail: veraluciags@terra.com.br

sociedade justa (FRIGOTTO *et al*, 2005). Ao mesmo tempo, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais, prevê a oferta de, no mínimo, 50% de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente, na forma de cursos integrados.

Nesse sentido, é preciso reconhecer a centralidade do papel do professor da educação profissional técnica integrada ao ensino médio tanto no processo educativo como um todo (e mais incisivamente na busca dessas almeçadas "inclusão" e "integração") quanto na formação profissional dos alunos que representam pelo menos metade das matrículas na rede federal de instituições de ensino técnico e tecnológico. A compreensão, portanto, dos significados atribuídos a esse papel torna-se vital, pois, a partir da análise desses significados, é possível compreender como esse professor é construído/constituído enquanto tal e como sua prática pedagógica é caracterizada.

Este artigo, portanto, objetiva analisar o papel atribuído ao professor pelo Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio (2007). Inicialmente, discutimos o processo histórico e as concepções que norteiam o Documento Base. Na sequência, apresentamos algumas propriedades sobre as prescrições do trabalho do professor delineadas nos documentos institucionais de acordo com Bronckart & Machado (2004) e Machado & Bronckart (2005). Por fim, analisamos o Documento Base na ótica dessas propriedades.

O DOCUMENTO BASE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO: HISTÓRICO E CONCEPÇÕES

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio foi publicado em 2007 com o propósito de apresentar os pressupostos do ensino médio integrado, suas concepções e princípios, e alguns fundamentos para a construção de um projeto político-pedagógico integrado. Nesse sentido, o documento propunha a contextualização do debate, proporcionado pela revogação do Decreto nº 2.208/1997, segundo o qual a educação profissional de nível técnico teria organização curricular própria e independente do ensino médio, e pela homologação do Decreto nº 5.154/2004, sobre a formação integral do trabalhador.

A proposta da educação profissional técnica integrada ao ensino médio centra-se, conforme Frigotto *et al* (2005, p. 35), em "propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção, e não o mero adestramento em técnicas produtivas". O objetivo profissionalizante se constituiria em "uma possibilidade a mais para os estudantes na construção de seus projetos de vida, socialmente determinados, possibilitados por uma formação ampla e integral" (*ibid.*, p. 36). Para Ciavatta (2005, p. 85), portanto, "a ideia de formação integrada supera o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar".

Desta forma, o Documento Base apresenta cinco eixos como concepções e princípios: a formação humana integral; trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da formação humana; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio educativo; e a relação parte-totalidade na proposta curricular. A formação humana integral concebe a educação geral como parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho, ou seja, tanto nos processos produtivos quanto nos processos educativos. Isso significa, portanto, focar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual e incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, isto é, formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos (BRASIL, 2007, p. 41-42).

Uma formação integrada, dessa forma, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem em normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais da sociedade (BRASIL, p. 43-45).

Assim sendo, formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio-produtivas das sociedades modernas e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões (ibid., p. 45-48). Dessa forma, é necessário que a pesquisa como princípio educativo esteja presente em toda a educação escolar dos que vivem e viverão do próprio trabalho. Ela instiga, no estudante, a curiosidade em direção ao mundo que o cerca, para que não sejam incorporados pacotes fechados de visão de mundo, de informações e de saberes (ibid., p. 48-49).

Por fim, a relação parte-totalidade na proposta curricular do ensino médio integrado à educação profissional pode estar presente a partir dos problemas que advêm da área profissional para a qual se preparam os estudantes. A partir de questões específicas, pode-se necessitar de conhecimentos gerais e, assim, apreendê-los para diversos fins além daqueles que motivaram sua apreensão. Para que isso seja possível, entretanto, é preciso estudar os problemas de uma área profissional em múltiplas dimensões, tais como econômica, social, política, cultural e técnica. A interdisciplinaridade aparece, aqui, como necessidade e, portanto, como princípio organizador do currículo e como método de ensino-aprendizagem, pois os conceitos de diversas disciplinas seriam relacionados à luz das questões concretas que se pretendem compreender (ibid., p. 49-53).

Todavia, ao estabelecer eixos como concepções e princípios, o documento passa a prescrever o trabalho do professor uma vez que estabelece parâmetros que devem regimentar o ensino integrado à educação profissional e, portanto, devem ser seguidos. A prescrição do trabalho do professor em documentos oficiais é o foco de discussão da seção seguinte.

OS TEXTOS OFICIAIS: UM MODO PRESCRITIVO PARA O TRABALHO DO PROFESSOR

Bronckart & Machado (2004) e Machado & Bronckart (2005) propõem analisar o trabalho do professor a partir de instrumentos e metodologias utilizadas pelas Ciências do Trabalho (Psicologia do Trabalho, Ergonomia da Atividade, Ergologia, etc.) aliados a uma abordagem linguístico-discursiva.

Retomando os pressupostos teóricos da Psicologia do Trabalho e da Ergonomia de Língua Francesa, o trabalho do professor é concebido como uma atividade instrumentada e direcionada àqueles envolvidos no processo educacional, em especial aos alunos, mas também à instituição na qual o professor está inserido e os pais dos alunos. Além disso, desenvolve-se por meio de prescrições, as quais "não servem apenas como desencadeadoras da ação do professor, sendo também constitutivas de sua atividade" (AMIGUES, 2004, p. 42). As prescrições, portanto, para esse autor, são um elemento essencial para a compreensão do trabalho educacional, apesar de estarem geralmente ausentes dos estudos sobre o trabalho do professor. O autor ainda caracteriza as prescrições sobre o trabalho do professor como vagas e imprecisas.

Essas prescrições são frequentemente textualizadas nos chamados documentos oficiais que regem as instituições escolares, tanto no âmbito institucional (como o projeto político-pedagógico de cada escola) quanto no âmbito nacional (como os Parâmetros Curriculares Nacionais ou o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio). Nesse sentido, Bronckart & Machado (2004) e Machado & Bronckart (2005) apontam algumas propriedades sobre o agir prescritivo textualizadas nesses documentos:

- i. as prescrições para o trabalho do professor apresentadas nos documentos oficiais são prescrições para que o professor prescreva o agir de seus alunos;
- ii. os documentos foram produzidos no quadro de um trabalho qualificado como sério e longo, do qual participaram especialistas cuja presença enunciativa no texto é apagada;
- iii. e, devido a essa seriedade, de forma indiscutível, o trabalho do professor será bem-sucedido se respeitar e seguir as propostas apresentadas no documento. Esta propriedade é denominada por Machado & Bronckart (2005) como "contrato implícito de felicidade".

Observa-se, portanto, que as propriedades do agir prescritivo, textualizadas nos textos oficiais, definem os papéis atribuídos tanto ao aluno quanto ao professor. O primeiro, conforme afirmam os autores, é apresentado como um tipo-ideal e como o alvo maior, beneficiário último do processo a ser desenvolvido. Os professores, por sua vez, devem exercer a função de executores desse processo a ser desenvolvido, configurando-se como "adjuvantes ou como instrumentos de um processo que se apresenta com um caráter inelutável ou quase mecânico, sendo seu trabalho maior posto como sendo o trabalho de aplicar os princípios propostos" (MACHADO & BRONCKART, 2005, p. 205). Dessa forma, o documento é apresentado como a

"doação de um presente" aos professores que devem dar uma resposta positiva às expectativas expressas.

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO DOCUMENTO BASE E O PAPEL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

A análise proposta neste artigo está centrada na Apresentação (p. 4) e na Introdução (p. 6-9) do Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Ao mesmo tempo, o foco de observação dar-se-á a partir das propriedades do ato prescritivo textualizadas nos documentos oficiais, conforme propõem Bronckart & Machado (2004) e Machado & Bronckart (2005).

A Apresentação do Documento Base constitui-se em uma explicação sobre a necessidade da integração entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, e os benefícios dessa integração. Nesse sentido, a prescrição consolida-se tanto a partir dessa necessidade quanto de um "contrato implícito de felicidade" que é proporcionado com a integração. Os indícios de sentido em torno de tal concepção de sucesso pedagógico podem ser identificados, no nível do pressuposto, já no início da "Apresentação":

Entre as razões do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, a opção pelo apoio a forma de oferta de educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio dá-se, principalmente, pelo fato de ser a que apresenta melhores resultados pedagógicos. (BRASIL, 2007, p. 4)

Assim, a oferta de cursos em que se integram o ensino técnico de nível médio ao ensino médio propedêutico apresenta-se como uma garantia de sucesso escolar tanto para os alunos quanto para os professores e, principalmente, para as instituições de ensino. Em virtude disso, torna-se necessária "[...] uma ação política concreta de explicitação, para as instituições e sistemas de ensino, dos princípios e diretrizes do ensino médio integrado à educação profissional" (BRASIL, 2007, p. 4). Essa "ação política concreta de explicitação" materializa-se via Documento Base, e este, por sua vez, é dado, a seu público alvo – instituições de formação técnica-integrada e, consequentemente professores –, como se fosse "um presente" para que, dessa forma, sejam bem-sucedidos em seu propósito educacional.

Esse "presente" possibilita a compreensão dos "pressupostos" para a concretização da oferta da formação integral do trabalhador, "suas concepções e princípios e alguns fundamentos para a construção de um projeto político-pedagógico integrado" (ibid., p. 4); e tal feito é apresentado de maneira explícita, ou seja, clara e precisa para que as instituições de ensino e os professores não tenham dúvida alguma no momento de executá-los. Ao mesmo tempo, a sociedade civil é convidada a participar do "contrato implícito de felicidade" proporcionado pela política de formação integral do trabalhador, de modo a entendê-la como "necessária e adequada à formação de seus cidadãos e com ela comprometer-se, visando o enriquecimento e consolidação desse

projeto" (ibid., p. 4). O objetivo final, portanto, seria a formação de cidadãos, sem definir que proposta de formação seria essa.

A autoria da Apresentação é então creditada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), conferindo ao Documento um tom de seriedade: não se trata de um texto que apresenta um ponto de vista individual, mas o ponto de vista da instituição máxima responsável pela definição das políticas federais sobre a educação profissional e tecnológica no país, as quais devem ser acatadas.

Quanto à Introdução, o agir prescritivo do Documento Base textualiza-se em duas propriedades dos documentos oficiais: foi produzido no quadro de um trabalho qualificado como sério e longo e, devido a essa seriedade, de forma indiscutível, o trabalho do professor será bem-sucedido se ele respeitar e seguir as propostas apresentadas, vistas como necessárias para a sua concretização.

A primeira propriedade apresenta-se em torno de uma incessante, intensa e duradoura discussão com a sociedade sobre a política de formação integral do trabalhador. O texto resgata historicamente a elaboração dessa política a partir de 2003. O marco inicial da discussão sobre a integração nesse período seria a organização de dois seminários: o Seminário Nacional "Ensino Médio: Construção Política" e o Seminário Nacional de Educação Profissional "Concepções, experiências, problemas e propostas", ambos em 2003. Essas discussões resultaram no documento "Proposta em discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica", publicado em 2004 pelo Ministério da Educação (MEC). Este documento "já apontava naquele momento [que] a perspectiva de integração das políticas para o ensino médio e para a educação profissional" e proporcionaria "o aumento da escolarização e a melhoria da qualidade da formação do jovem e do adulto trabalhador" (ibid., p. 6).

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) então assumiu a responsabilidade de elaborar uma política de integração entre a educação profissional e o ensino médio. O texto enfatiza novamente a incessante discussão com a sociedade: "muitas reuniões foram realizadas com todos os segmentos da sociedade" (ibid., p. 7). O resultado de todo esse processo foi, então, a regulamentação do ensino médio integrado ao ensino profissional por meio do Decreto nº 5.154/2004, também "amplamente discutido com a sociedade" (ibid., p. 7).

Observa-se, desta forma, a credibilidade que tais argumentos acabam por conferir ao Documento Base. A proposta que traz é fruto de um intenso debate com a sociedade sobre a importância da formação integral do trabalhador. Essa formação centra-se na superação da dualidade entre formação específica e formação geral e desloca "o foco [...] do mercado de trabalho para a pessoa humana, tendo como dimensões indissociáveis o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia" (BRASIL, 2007, p. 6). Na Introdução, assim como na Apresentação, portanto, a integração é novamente apresentada como necessária. Desta vez, contudo, por meio de atributos como "um princípio a ser seguido", "uma possibilidade legal e necessária aos jovens brasileiros" (ibid., p. 7-8).

Nesse sentido, a partir dessa duradoura discussão com a sociedade, as políticas em torno da formação integral do trabalhador começam a ser delineadas: "estava claro,

entretanto, que, mais importante do que a regulamentação formal, era imprescindível uma política indutora da implantação do ensino médio integrado à educação profissional", pois "[...] não seria possível aguardar a regulamentação definitiva sem que as bases organizacionais da educação profissional em articulação com o ensino regular fossem estabelecidas" (ibid., p. 8).

O Documento Base, portanto, textualiza essa "política indutora" e as "bases organizacionais estabelecidas" que começaram a ser delineadas antes mesmo da regulamentação do ensino médio integrado ao ensino técnico pelo Decreto nº 5.154/2004. O caráter prescritivo do Documento Base evidencia-se, dessa forma, pela sua constituição histórica, ou seja, um longo processo de discussões que se iniciou antes mesmo da regulamentação do ensino médio integrado ao ensino técnico.

A Introdução, então, é encerrada com uma paráfrase do último parágrafo da Apresentação, a qual parece sintetizar uma definição para o Documento Base: "uma ação política concreta de explicitação dos princípios e diretrizes às instituições e sistemas de ensino" (ibid., p. 9).

Algumas considerações, entretanto, fazem-se necessárias sobre essa definição. Inicialmente, trata-se de uma ação política – isso significa que ela se configura como uma ação intencional concretizada e textualizada no Documento Base. O agir prescritivo, portanto, também pode ser admitido como intencional e se apresenta como regulador do trabalho docente. Os princípios e as diretrizes seriam, dessa forma, a materialização dessa intencionalidade.

Além disso, os princípios e as diretrizes destinam-se, de acordo com a definição, às instituições e sistemas de ensino. Entretanto, os principais atores dentro do cotidiano escolar, o professor e o aluno, não são tratados de forma explícita na Apresentação, ou seja, são figuras apagadas. Isto parece convergir ao papel que os textos oficiais atribuem ao professor, conforme explicitado anteriormente por Machado & Bronckart (2005): um adjuvante ou um instrumento que deve apenas executar as propostas expressas.

Por fim, a sociedade civil é novamente convidada a se comprometer com a política da integração, considerada como "[...] necessária e adequada à formação da classe trabalhadora brasileira no sentido de sua autonomia e emancipação" (ibid., p. 9). O "contrato implícito de felicidade" que se propõe firmar com a sociedade civil proporcionaria, dessa forma, a autonomia e a emancipação da classe trabalhadora brasileira. Entretanto, não há uma explicação do que significaria essa autonomia e essa emancipação. Este ponto, assim como a formação de cidadãos, parece convergir com a constatação de Amigues (2004) de que as prescrições sobre o trabalho do professor são vagas e imprecisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, objetivamos apresentar o papel atribuído ao professor a partir da textualização de prescrições no Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, fundamentando-se teoricamente em Bronckart

& Machado (2004) e Machado & Bronckart (2005) sobre algumas propriedades do agir prescritivo textualizadas nos documentos oficiais. A partir das propriedades apresentadas pelos autores e por meio da análise do Documento Base, parece possível perceber que:

i. o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio é um texto prescritivo, pois se propõe a apresentar os pressupostos da integração entre a educação profissional e o ensino médio e as diretrizes que devem ser seguidas pelas instituições e pelos sistemas de ensino;

ii. apesar de esses pressupostos e diretrizes estarem diretamente relacionados ao trabalho do professor, este não é sequer mencionado pelo texto. Implicitamente, dessa forma, atribui-se ao professor o papel de adjuvante ou mero executor desses pressupostos e diretrizes;

iii. a execução desses pressupostos e diretrizes conduz a um "contrato implícito de felicidade", ou seja, a integração entre a educação profissional e o ensino médio constitui-se na melhor proposta pedagógica que proporcionará a formação "do cidadão", "da pessoa humana" e da "classe trabalhadora brasileira no sentido de sua autonomia e emancipação" (BRASIL, 2007, p. 4-9). Entretanto, não há explicitamente a conceituação desses atributos. Mesmo assim, a integração é transformada em sinônimo de uma proposta educacional eficiente que deve ser seguida;

iv. dessa forma, o Documento Base é a "doação de um presente" aos professores, os quais somente alcançarão o sucesso profissional se respeitarem e seguirem os pressupostos e as diretrizes propostas.

Essas constatações resultantes da análise do Documento Base parecem convergir com a indagação de Machado e Bronckart (2005, p. 207-208): em que medida, ao negarem o estatuto de ator ao professor nos textos prescritivos de seu trabalho, as próprias instituições educacionais prescritoras não estariam sustentando uma "imagem negativa" e uma "crise de identidade profissional" do professor, tão apontadas por pesquisadores dos problemas educacionais contemporâneos? Em relação à Educação Profissional e Tecnológica, podemos também levantar os seguintes questionamentos: como pensar a inclusão e a emancipação por meio da formação do jovem trabalhador brasileiro se ao professor é atribuído o papel de mero executor de pressupostos e diretrizes estabelecidas? Como incluir e emancipar quando o principal agente de inclusão e emancipação não é incluído nem lhe é possibilitada a sua emancipação?

As respostas, possivelmente, implicariam novas posturas. Se, conforme Ciavatta (2005), a concepção da formação integrada supera o ser humano dividido historicamente entre a ação de executar e pensar, não seria mais possível conceber o professor como apenas um executor de diretrizes, mas como um agente de inclusão e emancipação que participa, pensa, dirige e também executa a formação integral do trabalhador brasileiro.

REFERÊNCIAS

AMIGUES, René. Trabalho do professor e trabalho de ensino. In: MACHADO, Anna Rachel (org.) *O Ensino como Trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: Editora da UEL, 2004. p. 35-53.

BRASIL. *Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2007.

BRONCKART, Jean-Paul; MACHADO, Anna Rachel. Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional. In: MACHADO, Anna Rachel (org.) *O Ensino como Trabalho: uma abordagem discursiva*. Londrina: Editora da UEL, 2004. p. 131-163.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 75-92.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: _____ (orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 12-59.

MACHADO, Anna Rachel; BRONCKART, Jean-Paul. De que modo os textos oficiais prescrevem o trabalho do professor? Análise comparativa de documentos brasileiros e genebrianos. *D.E.L.T.A. – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 183 – 214, 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/delta/v21n2/a02v21n2.pdf. Acesso em 14/06/2010.

MOLL, Jaqueline (org.). *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010.